



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

Ata da 195ª reunião ordinária, realizada em 14 de setembro de 2022

1 Em 14 de setembro de 2022, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de
2 Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente Marília Carvalho
5 de Melo, representante da Semad. Representantes do poder público: Pedro D'Ângelo
6 Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Igor Arci
7 Gomes, da Secretaria de Estado de Cultura (Secult); Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da
8 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Camila Barbosa Neves, da Secretaria de Estado de
9 Planejamento; Daniela Fernandes César, da Secretaria de Estado de Saúde (SES);
10 Henriqueta Vasconcelos Lemos Correia, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e
11 Mobilidade (Seinfra); Mariana de Resende Franco, da Secretaria de Estado de
12 Desenvolvimento Social (Sedese); Kathleen Garcia Nascimento, da Secretaria de Estado de
13 Desenvolvimento Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado
14 de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda
15 (SEF); Major PM Eduardo Leal Silva, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec);
16 Alírio Ferreira Mendes Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
17 Gerais (Crea-MG); Cap. PM Adenilson Brito, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);
18 Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Hilcélia Reis
19 Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia
20 Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca, do
21 Ministério do Meio Ambiente (MMA); Rodrigo Lázaro, da Associação Mineira de Municípios
22 (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial
23 e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da
24 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Érika Morreale Diniz, da
25 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti,
26 do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Afonso Correa Diana, da Federação
27 dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre
28 Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento
29 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); Flávia Mourão
30 Parreira do Amaral, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes);
31 Ana Beatriz Rocholi, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca

32 (Promutuca); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda);
33 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Espeleogruppo Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto
34 Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro
35 Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Thiago Torres Costa Pereira, da
36 Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra Borges, da Universidade
37 Federal de Lavras (Ufla); João Augusto Hilário de Souza, da Associação dos Engenheiros de
38 Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Walkiria Lima Ribeiro Machado, da Ordem dos
39 Advogados do Brasil (OAB-MG). Ausente: Associação Brasileira de Recursos Hídricos
40 (ABRHidro). **Assuntos em pauta**. “Bom dia senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras,
41 do Conselho de Política Ambiental. Iniciamos a nossa 195ª reunião ordinária com a
42 execução do Hino Nacional. **1) Execução do Hino Nacional**. Executado o Hino Nacional
43 Brasileiro. **2) Abertura**. Constatado o quórum regimental, a presidente Marília Carvalho de
44 Melo declarou aberta a 195ª reunião ordinária do Plenário do Copam, de 14 de agosto de
45 2022. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu gostaria inicialmente de dar as boas-vindas
46 às novas conselheiras: Henriqueta, representante da Seinfra, Kathleen, representante da
47 Sede e Érika, representante da Fiemg. Sejam todas e todos muito bem-vindos. Antes do
48 comunicado dos conselheiros e assuntos gerais, eu quero aproveitar a reunião do Copam
49 para, de público, parabenizar o nosso aniversariante do dia, Renato Brandão, Presidente
50 da Feam, que hoje está fazendo aniversário: Parabéns e muitas felicidades. Obrigada,
51 sempre, pela parceria com o Sisema, Parabéns, Renato! Bem, vamos então às inscrições
52 dos conselheiros”. **3) Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais**. Conselheiro
53 Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Boa tarde. Muito rapidamente, somente para enfatizar
54 o nosso trabalho e divulgar um próximo evento que vamos fazer em Paracatu, dentre os
55 vários eventos que realizamos aqui, tanto para conversar sobre outorga com os usuários,
56 quanto para conversar com as novas Comissões Gestoras Locais - CGLs, que tem funcionado
57 bastante aqui em Paracatu, sempre buscamos fazer eventos para divulgar e fazer uma
58 interlocução entre o Igam e os usuários, com as CGLs e todos envolvidos. Nós do
59 Movimento Verde, em parceria com o Comitê de Bacias de Paracatu, estamos
60 desenvolvendo mais um evento que vai acontecer no dia 27, eu vou pedir para a secretaria
61 permitir que eu compartilhe o flyer, informo que se trata de um evento em parceria com a
62 Unidade Regional de Gestão das Águas do Noroeste de Minas, com a unidade de
63 Fiscalização Noroeste de Minas e também teremos a participação do pessoal do IEF. Esse
64 evento é para possibilitar que os usuários tirem suas dúvidas em torno de fiscalização e
65 queria aproveitar esse momento para divulgar e enviar o convite para aqueles que
66 quiserem participar, tem o QRCode, por meio do qual poderá se inscrever e será um prazer
67 recebê-los aqui em nosso evento. Como eu falei, o nosso evento vai acontecer no dia 27 de
68 setembro de 2022, em Paracatu, vai ser um evento presencial, nós vamos falar sobre a
69 regularização de uso de recursos hídricos, haverá uma palestra do Ciro Leonardo,

70 Coordenador da Unidade Regional do Noroeste de Minas (Urga Nor), teremos também a
71 palestra sobre fiscalização dos usos, que será do Núcleo de Fiscalização também do
72 Noroeste de Minas e ainda estamos para confirmar a palestra do Danilo do IEF, para falar
73 sobre intervenção ambiental. Uma das ações que buscamos fazer, exatamente para poder
74 mostrar para o usuário como ele deve agir frente à fiscalização ou frente à regularidade do
75 seu empreendimento. Então, fica o convite para quem quiser participar, pode tirar uma
76 foto do QRCode para fazer a inscrição ou comparecer de forma presencial. Obrigado”.

77 Conselheiro Alexandre Valadares Mello (Ibram): “Boa tarde Secretária Marília, boa tarde a
78 todas e a todos os conselheiros, é um prazer estar aqui novamente com vocês. Eu gostaria
79 de fazer um convite, em cima da hora, mas ainda em tempo, para participarem da
80 Expositram 2022 e do Congresso de Mineração Brasileiro, que estamos realizando na
81 Expominas. Começou na segunda-feira e termina amanhã à noite, ainda em tempo para os
82 senhores visitarem a feira e participarem do Congresso. São grandes os temas discutidos
83 sobre a mineração, entre eles a transição energética, a agenda de mudança do clima, a
84 sustentabilidade de territórios minerados, diversificação econômica, entre outros. Fica
85 aqui o convite a todos os colegas para participarem da Expositram 2022. Muito obrigado”.

86 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Pelo nosso controle não há
87 mais inscrito. Eu pergunto se mais algum Conselho gostaria de se manifestar nesse item de
88 pauta? Não havendo, vamos para o próximo item”. **4. Exame da Ata da 194ª RO de**
89 **08/06/2022.** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Pergunto se há alguma consideração
90 na ata disponibilizada”? Conselheiro Lucas Marques Trindade (MPMG): Boa tarde senhora
91 Presidente, boa tarde a todos. Eu tenho um pedido de acréscimo na primeira página da
92 Ata, quando da listagem dos representantes do Poder Público, não constou a minha
93 presença. Então peço esse acréscimo, por gentileza. Seria somente isso”. Presidente Marília
94 Carvalho de Melo: “Obrigada Conselheiro, o acréscimo será realizado. Mais algum
95 Conselheiro gostaria de manifestar sobre a ata? Conselheiro João Augusto Hilário de Souza
96 (Assemg): “Eu fiz a revisão referente as minhas participações registradas na Ata, fiz apenas
97 alguns acertos de redação, de estrutura de frases, procurando não alterar o conteúdo. Eu
98 acho que já estão marcados, como não houve alteração de conteúdo, eu acho que não
99 deveriam desgastar o tempo dos conselheiros passando ponto por ponto, mas se algum
100 colega quiser, podemos fazer juntos a revisão. Então seria isso presidente Marília, eu peço
101 a aprovação das alterações”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Ok. Consultei a
102 Secretaria Executiva sobre as alterações de redação, tratam de melhoria de redação. Mais
103 algum conselheiro gostaria de pontuar alterações? Não havendo, passamos à votação”.

104 Aprovada pela maioria a ata da 194ª reunião ordinária do Plenário do Conselho Estadual
105 de Política Ambiental, realizada em 08 de junho de 2022, com as alterações solicitadas pelo
106 MPMG e Assemg, conforme nova versão apresentada nesta sessão. Votos favoráveis:
107 Semad, Seapa, SEE, Seplag, SES, Seinfra, Sedese, Sede, SEF, Crea/MG, PMMG, MPMG,

108 ALMG, MMA, AMM, Faemg, Fiemg, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg,
109 Ibram, CMI/MG, Abes, Promutuca, EPA, Mover, Ufla, Assemg e OAB/MG. Abstenção:
110 Cedec com a seguinte justificativa: “Eu não tive condições de ler, pois estou trabalhando
111 em campo”). Ausentes no momento da votação: Secult, Segov, ACMinas, Amda, Cefet,
112 Uemg e ABRHidro. Na sequência, a Presidente Marília Carvalho de Melo, passa para o item
113 **5. Minuta de Deliberação Normativa Copam, para exame e deliberação: 5.1 Minuta de**
114 **Deliberação Normativa que estabelece o regimento interno do Conselho Estadual de**
115 **Política Ambiental.** Apresentação: Semad. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
116 Corujo (EPA): “Vamos pedir vista da minuta de Deliberação Normativa que estabelece o
117 regimento interno do Copam. A justificativa é: poder fazer contato com outras
118 organizações interessadas na temática, e trazer essas contribuições na próxima reunião
119 agendada”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Ok Conselheira, vista concedida. Mais
120 alguém”? Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti (Conselho da Micro e Pequena
121 Empresa): “Eu também vou pedir vista da minuta do Regimento para avaliar as regras
122 colocadas e discutir internamente com outras pessoas. Obrigado”. Presidente Marília
123 Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro”. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello
124 (Faemg): “Eu também vou pedir vista. A justificativa é trazer de forma mais consolidada o
125 funcionamento do Conselho, tendo em vista que foi pedido vista e que vai ser deliberado
126 na próxima reunião”. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Eu não sei se
127 regimentalmente seria possível, mas eu acredito que tinha uma apresentação prevista, a
128 ser feita para nós conselheiros. Se for possível fazer isso antes de retirar de vista do
129 processo, para nós nos inteirarmos. E posteriormente cada um segue com os seus relatos.
130 Seria possível”? Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheiro Tobias, depois do
131 pedido de vista do item não é mais apreciado. Então se você quiser tirar alguma dúvida, a
132 Secretaria de executiva está à sua disposição”. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta
133 (CMI-MG): “Eu acompanho o pedido de vista, porque de fato é norma de primeira
134 importância e precisa de minúcia e cuidado na análise. E já pontuando, não me incomodaria
135 em absoluto se houver uma extraordinária para tratar dessa questão antes da próxima
136 reunião ordinária do Copam”. Conselheira Érika Morreale Diniz (Fiemg): “Eu gostaria de
137 acompanhar o pedido de vista, com a justificativa similar, de aprofundar aqui nos debates
138 internos”. Posteriormente os conselheiros Cleinis de Faria e Silva (ACMinas), Alexandre
139 Valadares Mello (Ibram) e Maria Dalce Ricas (Amda) se juntaram ao pedido de vista
140 conjunta. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheira. Então, concedida
141 vista concedida às seguintes entidades: Epa, Faemg, Fiemg, CMI-MG, Conselho da Micro e
142 Pequena Empresa, ACMinas, Ibram e Amda. Ressalto que a Secretaria Executiva se coloca
143 à disposição nesse período, para esclarecer qualquer dúvida de vocês. Então vamos ao
144 próximo item da pauta”. **6. Políticas Públicas para a Fauna Doméstica no estado de Minas**
145 **Gerais. Apresentação: Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento/Semad.**

146 Presidente Marília Carvalho de Melo: “A apresentação será realizada pelo Superintendente
147 de Gestão Ambiental, Diogo Franco, nós decidimos trazer essa apresentação aqui na
148 reunião, porque se trata de uma competência assumida pela Secretaria de Meio Ambiente
149 desde 2019, a partir de uma reorganização das competências do Sisema e mais
150 recentemente tivemos uma reestruturação aqui na Secretaria, onde esse tema fauna
151 doméstica passou a ser conduzido pela Subsecretaria de Saneamento e Gestão Ambiental,
152 especificamente pela Superintendência de Gestão Ambiental. Então, vamos apresentar
153 hoje, os resultados dos avanços realizados nesse período, no qual a gestão ambiental
154 assume o trabalho da fauna doméstica. Por favor, Diogo”. Diogo Soares de Melo Franco
155 (Superintendente de Gestão Ambiental da Subsecretaria de Saneamento e Gestão
156 Ambiental da Semad) realizou a apresentação que está disponível no site da Semad,
157 podendo ser acessada pelo link: [http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/reuniao-](http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/reuniao-de-plenario)
158 [de-plenario](http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/reuniao-de-plenario). Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Diogo! Em primeiro lugar,
159 dizer que ficamos muito felizes por podermos apresentar esses resultados aqui. Ao
160 preparar essa apresentação, nós ajudamos também a atuação da Subsecretaria de
161 Fiscalização Ambiental (Sufis), quero fazer aqui a referência ao combate aos maus tratos
162 de animais. Destacar que estamos na fase final de elaboração de um procedimento
163 operacional padrão com a Polícia Militar, para ampliar a nossa atuação no combate aos
164 maus tratos de animais, e registrar que hoje temos a certeza da decisão acertada que foi
165 trocar a gestão da fauna doméstica que estava na fiscalização, como a própria natureza da
166 fiscalização assim espera, tinha um foco apenas em maus-tratos, e quando levamos ela,
167 ano passado, para a gestão ambiental queríamos tornar essa atuação mais ampla e hoje
168 com resultados efetivos. Bem, dizer especialmente, o Diogo reforçou muito isso, na base
169 informacional que nos dê condição a priorizar a política pública. Cada município tem uma
170 população diferente de cães e gatos e outros animais também de grande porte, a questão
171 dos maus tratos, ela traz para nós informações importantes de onde priorizar, e a equipe
172 do Rodrigo e do Diogo, têm trabalhado muito nessa linha. Só reforçar uma coisa que o
173 Diogo mencionou, o Programa ‘Conheça o seu Amigo’ para microchipagem de animais, o
174 Dr. Lucas está aqui conosco, esse primeiro edital foi um decorrente de uma parceria com o
175 Ministério Público, um TAC que nós assinamos com o Ministério Público e uma empresa do
176 município de Nova Lima, que nos proporcionou ter esses microchips, fizemos um edital
177 público com critérios técnicos também definidos e um ponto muito importante, os
178 municípios que receberam o chip eles têm que dar de contrapartida, a castração do animal.
179 Então, isso traz uma ampliação desse controle populacional tão importante. E nessas
180 viagens, o Rodrigo estava me lembrando, nós tivemos, eu e Rodrigo, em Cristais, numa
181 agenda de saneamento e vimos um bom exemplo de gestão municipal de fauna doméstica
182 lá, porque muitas vezes os municípios acham que o ideal é retirar os animais da rua, leva-
183 los para os abrigos de animais e nem sempre essa é a melhor solução. Em Cristais foi

184 realizado um programa de cães e gatos comunitários, onde eles cuidam dos animais junto
185 com a população, mas mantém eles na rua, soltos, com todo o controle, todos
186 microchipados. Então, é uma agenda que tem um apelo social muito importante. Hoje é
187 uma demanda da sociedade e queria de novo aqui de público agradecer ao Rodrigo e ao
188 Diogo, que assumiram essa agenda e em tão pouco tempo conseguimos entregar
189 resultados tão efetivos. Bem, eu vejo aqui inscrita a conselheira Maria Teresa, a quem eu
190 já passo a palavra”. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo (EPA): “Eu queria
191 fazer uma pergunta para entender de que forma como a questão da fauna doméstica
192 também é atribuição do poder público municipal, de que forma é que a atuação a nível de
193 competência do Estado, junto com a competência Municipal, ela dialoga uma com a outra?
194 E queria fazer uma solicitação, porque? Hoje aqui foi apresentado sobre a fauna doméstica,
195 que ao nosso ver já existe uma atribuição muito clara dos municípios e da própria
196 população. Então, diante desse termo usado pela Secretária, dados informacionais, com
197 um bom arcabouço de conteúdo, de dados para políticas públicas e tomadas de decisão,
198 eu gostaria de solicitar à Semad, a preparação de uma apresentação no foco da fauna
199 silvestre no Estado, no âmbito também de dados, por exemplo, nos últimos três ou quatro
200 anos, qual o total, para que áreas, para que tipo de animais foram dadas autorizações de
201 resgate de fauna Silvestre, onde e qual a caracterização? Outra informação muito
202 importante inclusive para estar na IDE-Sisema. Nos últimos cinco anos, quantas áreas
203 diretamente afetadas, com a identificação de fauna silvestre em extinção ou fauna silvestre
204 em risco de extinção, dialogando inclusive com a camada do Atlas da Biodiversidade de
205 Minas Gerais, com os dados do Atlas ou das informações a nível do Ibama, foram
206 concedidas autorizações de supressão de vegetação ou intervenções ambientais, por mais
207 diversas atividades? E isso, eu não vi ainda existir como base de dados, inclusive para se
208 verificar o que nós, como sociedade, sentimos em relação à fauna silvestre, porque ao se
209 ter essa base de dados completa, nós teremos um cenário muito importante sobre a
210 situação real da fauna silvestre de Minas Gerais, no âmbito dos impactos aos seus
211 ecossistemas, às suas características de territorialidade para a sua existência. Porque
212 quando a gente lê pareceres únicos, ou EIAs ou as informações dadas pelos mais diversos
213 empreendedores, a gente vê lá que estão as informações: ‘olha é uma área onde existem
214 tais e tais espécies em extinção e tais e tais espécies em risco’. E tem o nome das espécies
215 da fauna silvestre, essas áreas diretamente afetadas, os dados do seu tamanho e da sua
216 localização, também, estão no acervo de dados do Sisema?” Presidente Marília Carvalho
217 de Melo: “Eu acho que houve uma falha na internet da Conselheira. Bem, vou iniciar aqui
218 algumas considerações enquanto a conselheira retorna. Eu até mencionei aqui que ela tem
219 toda a razão e isso tem sido uma demanda que apresentei à nova Diretora do IEF, Maria
220 Amélia, tem um ano que ela está aqui conosco, que eu também sinto muita falta de uma
221 política de fauna Silvestre estruturada para o estado de Minas Gerais. Inclusive, nenhuma

222 legislação própria nós temos, como tem a de fauna doméstica. Então hoje, já existe uma
223 minuta de Projeto de Lei, feita pelo IEF, sobre o assunto. O IEF se organizou muito na
224 questão do Cetras (Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres). Então eu acho
225 que o movimento foi primeiro da fauna doméstica, vamos atacar urgente. Urgente na fauna
226 doméstica era atacar os maus tratos, urgente no IEF era, num processo de fiscalização,
227 pegar os animais em situação irregular, leva-los para um Centro de Triagem e Reabilitação,
228 para reintroduzi-los na natureza. Então, o IEF se estruturou, não ainda na nossa capacidade
229 de atendimento pleno, estamos trabalhando nisso com o Cetras, mas de fato Conselheira
230 Maria Teresa, falta ainda uma estruturação de uma política de fauna mais específica. Uma
231 questão que eu sempre coloco: quais são os nossos animais em extinção? Nós temos o livro
232 vermelho, mas ele precisa ser atualizado, inclusive há um recurso do acordo de
233 Brumadinho para isso, que o IEF já está fechando o termo de referência. Eu estou falando
234 em nome do IEF, mas é porque acompanho de perto esse tema. Então, a gente vai atualizar
235 o livro vermelho de animais em extinção, no estado de Minas Gerais e o que mencionei é
236 o que sempre questiono ao IEF. A pergunta é: o que que nós estamos fazendo para tirar os
237 animais em risco de extinção de risco de extinção, e o que que nós estamos fazendo para
238 não deixar que outros animais entrem em risco de extinção? Isso para mim é uma política
239 pública de fauna silvestre efetiva. Então, o IEF tem feito um trabalho sobre isso, a gente
240 pode pautar uma apresentação na próxima reunião, sobre o que nós já temos e como
241 estamos avançando e o que está planejado na linha de estruturação de uma política de
242 fauna silvestre, no estado de Minas Gerais. Nós publicamos recentemente, a Resolução
243 Conjunta Semad/IEF nº 3162, de 2022, publicada exatamente pela exigência de estudos de
244 fauna em intervenções ambientais de todo o tipo, para que a gente possa ter um banco de
245 dados efetivo no estado de Minas Gerais, por meio do instrumento do licenciamento e da
246 autorização de supressão de vegetação. Esses dados vão ser trabalhados e disponibilizados
247 na IDE-Sisema, para que da mesma forma que a fauna doméstica hoje tem esses dados, a
248 gente tenha uma base de dados para gerenciar melhor ações, na fauna Silvestre. Eu passo
249 a palavra ao Diogo, para que ele possa responder sobre a competência município/estado
250 de fauna doméstica. Ressalto que a reunião ficará gravada, disponível na íntegra, e será
251 registrada em ata, também”. Diogo Soares de Melo Franco (Superintendente da
252 Suga/Suges/Semad): “Então Conselheiros, eu fiz essa comparação, essa associação com o
253 saneamento para ajudar a ilustrar, mas é similar de fato, a competência é municipal,
254 especificamente do manejo ético populacional, da identificação e do bem-estar animal de
255 um modo geral e também da educação ambiental humanitária e cabe ao Estado apoiar o
256 município, dar suporte técnico, desenvolver programas que vão dar suporte ao município
257 nessas políticas. Especificamente, o Estado tem a competência de fazer o banco de dados
258 que disponibilizamos, que é o sistema no que se refere à identificação. Então, se o Estado
259 cumpriu a sua competência específica, que é fazer o sistema e disponibilizar, e dar por meio

260 desses programas esse suporte aos municípios, exercendo em essência uma função de
261 Estado mesmo, que no caso é mostrar para o município a questão territorial, dar
262 informações, dar subsídios, apoio técnico, suporte, em determinados casos a gente
263 também consegue via apoio da Assembleia, promover ações específicas nos municípios,
264 mas é na mesma linha que a gente tem tratado o saneamento. O Estado tem dado suporte,
265 ajudado os municípios a estruturar a coleta seletiva, ajudando os municípios a estruturar
266 os seus sistemas de tratamento, disposição de lixo, com planejamento, com suporte
267 técnico, com apoio mais específico, com dados para tomada de decisão. Então, em
268 essência, o Estado vem exercendo a função que é talvez a mais nobre, que é dar esse
269 suporte, dar esse arcabouço para tomada de decisão e apoiar no que o município precisar,
270 de acordo com a sua condição específica”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Ok.
271 Obrigada, Diogo. Passo a palavra ao conselheiro Tobias”. Conselheiro Tobias Tiago Pinto
272 Vieira (Mover): “Eu quero parabenizar a equipe da Semad, por estar desenvolvendo esse
273 trabalho. É importantíssimo a castração, o Movimento Verde também atua na proteção de
274 animais, aqui em Paracatu, mas antes de seguir com essa ideia de castração, essa ampliação
275 ela tem que acontecer conjuntamente com o centro de acolhida desses animais. Aqui em
276 Paracatu, como foi divulgado, nós podemos visualizar na IDE-Sisema, que Paracatu foi
277 atendido com a castração. E sim, foi mesmo, mas tivemos um problema muito grande na
278 cidade, porque quando se castra um cachorro ele é igual uma criança, ele não fica quieto,
279 ele não comporta tão tranquilamente e acaba por ter complicações no pós-cirúrgico,
280 entendeu? Então eu acho que essas ações de castração devem continuar com certeza, mas
281 elas devem ser acompanhadas de um centro de acolhimento, seja ele qual for, seja ele de
282 uma instituição, seja de uma voluntária, ou de uma cuidadora qualquer, que receba algum
283 auxílio, por parte do Estado ou da Prefeitura, para que esse cachorro fique mais quieto,
284 fique sendo cuidado e não tenha essa complicação no pós-cirúrgico, porque aconteceu
285 aqui. Então fica a dica para as próximas campanhas, que os animais castrados tenham esse
286 acompanhamento, para que possam se recuperar. Além disso aqui em Paracatu nós
287 estamos caminhando para no ano que vem termos um ‘Centro de Acolhimento e
288 Tratamento Temporário’, a gente chama de Cata Temporário. É uma iniciativa do
289 Movimento Verde junto a Prefeitura de Paracatu, que a gente vai estar fazendo
290 exatamente esse local de acolhida, mas estamos com um problema muito grande que é
291 arrumar o local ideal. E aí eu quero aproveitar aqui a presença do Ministério Público, o
292 pessoal da Semad, todo mundo está aqui, para que muitas vezes alguém me ajude a
293 conversar com alguém do Caoma, porque aqui em Paracatu foi instalado um local de
294 acolhimento de animais silvestres, eu não sei se é Cetras ou Cetas, instalado aqui em
295 Paracatu e está abandonado! E em conversas com o Ministério Público local eu não
296 consegui que esse local fosse disponibilizado para o Movimento Verde ou para a Prefeitura
297 para montar o Cata Temporário. Já buscamos informações para todo lado, foi construído

298 com verba do Ministério Público, do Caoma e está abandonado. A Promotora aqui não
299 ajuda, não quer saber de ajudar, então eu preciso da ajuda de alguém, porque a partir do
300 ano que vem, nós teremos uma verba destinada pelo Prefeito para atender a causa animal,
301 para acolher os animais castrados, para acolher animais acidentados, para também castrar
302 por iniciativa própria, mas eu preciso de um local. E eu não sei muito bem quem está à
303 frente disso, mas se alguém tiver a condição de nos apoiar nessa demanda, nessa
304 solicitação ao Ministério Público ou a quem for, que nos ajude, comente aqui para que
305 possamos correr atrás dessa parceria. Acreditamos que a partir do ano que vem,
306 consigamos atender mais de 100 animais, mensalmente. Obviamente que a ideia é que
307 recebermos os animais, realizarmos a castração e devolvermos ao ambiente dele. A ideia
308 inicial do projeto na Prefeitura é que a gente castre, trate, reabilite e devolva para onde o
309 cachorro estava, antes da gente coletar ele. Então, peço ajuda a todos, e quem puder nos
310 ajudar com essa demanda será muito bem-vindo. Estamos precisando imediatamente de
311 um local. Obrigado”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Tobias. Eu vou passar
312 para o Diogo e para o Rodrigo, o doutor Lucas não está mais na reunião, mas a gente pode
313 obviamente passar essa informação a ele. A responsável pela gestão da fauna doméstica
314 no Ministério Público é a Dra. Luciana, tem uma coordenadoria específica de fauna e ela
315 que coordena. Então você também pode acioná-la”. Diogo Soares de Melo Franco
316 (Superintendente/Suga): “Eu gostaria primeiro de lhe parabenizar, Tobias, pela sua atitude,
317 pelas suas palavras. Eu fico muito satisfeito quando eu ouço esse tipo de manifestação,
318 porque vejo o engajamento da sociedade, diante do desafio que a gente mencionou aqui.
319 Então queria parabenizar você e a ONG Mover, pedir que vocês se cadastrem no nosso
320 cadastro de entidades, que atuam com a fauna doméstica, não sabia dessa atuação. Nós
321 temos uma parceria boa com o município e creio que será possível ajudar de diversas
322 formas, pensar em um projeto conjunto. Nós temos contato com o Prefeito, o Igor, ele é
323 um prefeito sensível. O Rodrigo vai deixar o contato dele aí no chat, e a gente tem diversas
324 formas de atuar, também em parceria com o Ministério Público. E a sua ideia é isso mesmo
325 Tobias, porque uma política isolada não resolve, a castração é importante, mas junto com
326 a castração tem que ter a microchipagem, tem que ter a adoção, tem que ter o tratamento,
327 tem que ter o Centro de abrigamento, triagem, voltado para tratar esse animal e
328 eventualmente colocar ele para adoção. A Secretária Marília citou o caso dos animais
329 comunitários, então cada situação vai ter soluções específicas e só quem está na ponta, é
330 que pode ajudar a gente a pensar nas melhores soluções. Vamos atuar junto aí em
331 Paracatu, a cidade é muito importante, eu acho que ela pode servir de exemplo, de
332 referência, para os demais municípios da região e certamente vamos conseguir fazer uma
333 coisa interessante. Parabéns, Tobias”. Conselheira Maria Dalce Ricas (Amda): “Boa tarde a
334 todos, desculpe o atraso, estava participando de outra reunião importante, também. Eu
335 queria aproveitar a discussão sobre os animais domésticos, para solicitar à Semad e ao IEF

336 que desenvolvam ações mais concretas no sentido de abordar e resolver o problema do
337 abandono de animais domésticos, principalmente cães no Parque Estadual da Serra do Rola
338 Moça. É triste, hoje nós temos voluntários que fazem das tripas coração para poder
339 recolher animais e tratá-los, mas toda semana, todos os dias, são abandonados novos
340 animais dentro do Parque. Além do sofrimento em si dos bichos, que acabam morrendo de
341 fome, de sede, predados ou estando selvagens acabam matando a fauna doméstica, nós
342 temos os impactos justamente sobre essa fauna. Então é preciso urgente que haja uma
343 ação, porque a proximidade do parque com a zona urbana desencadeou esse processo,
344 infelizmente. Quando vocês passarem por lá, observem, sempre tem um animal esquelético,
345 desesperado na beira da estrada, abandonado por alguém que considera os animais como
346 se fossem coisas”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheira. Está
347 registrado e vamos pensar, Elce e Diogo, em uma forma de fazermos um trabalho conjunto
348 com os municípios, ali nós temos o município de Nova Lima que inclusive tem feito um bom
349 trabalho de fauna doméstica, mas pensar em uma ação específica e vamos retornar aqui
350 Maria Dalce, com uma posição. Conselheira Maria Teresa, nós respondemos as suas
351 questões e conforme a sua solicitação, na próxima reunião do Copam nós vamos fazer uma
352 apresentação específica sobre fauna Silvestre. Não há mais manifestação de nenhum
353 conselheiro, antes do encerramento, informar que houve manifestação no chat, de pedido
354 de vista de mais três entidades em relação ao Regimento Interno, por parte do conselheiro
355 Alexandre Valadares Mello, do Ibram e do conselheiro Cleinis de Faria e Silva, da ACMinas,
356 além da conselheira Maria Dalce, da Amda. Tendo em vista que não há prejuízo regimental
357 a esse pedido, e que todas as contribuições são bem-vindas, nós estamos acatando e que
358 as três entidades tenham pedido de vistas, juntamente com as outras já citadas,
359 anteriormente”. **Item 7. Encerramento.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a
360 presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença e as contribuições de todos e
361 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada essa ata.

362

363

APROVAÇÃO DA ATA

364

365

366

367

Marília Carvalho de Melo

368

Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental